

BOLETIM

ISSN-0104-4079

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS - ANO 13 - NÚMERO 1 - JAN - JUL 2004

DIRETORIA PRO TEMPORE

Lucia Maria Velloso de Oliveira - Presidência
Maria Celina Soares de Mello e Silva - Tesouraria

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos:

Eliana Balbina Flor a Sales
Leila Estephano de Moura
Lucia Maria Velloso de Oliveira (licenciada)
Maria Celina Soares de Mello e Silva (licenciada)
Maria Izabel de Oliveira (Presidente)
Myrian Regina da Silva Cardoso de Oliveira
Paulino Lemes de Sousa Cardoso
Ricardo Goulart da Silva

Suplentes:

Ana Cibele de Souza Almeida
Márcio José Villard Aguiar

COORDENAÇÕES

Comitê de Arquivos Universitários:
Rosale de Mattos Souza

Elaboração de Novo Estatuto / Regimento da AAB:
Paulino Lemes de Sousa Cardoso

Cursos:


Lucia Maria Velloso de Oliveira

Boletim:

Paulino Lemes de Sousa Cardoso

Apoio Cultural:

ARQUI-RIO EQUIPAMENTO PARA ESCRITÓRIO LTDA.

 **Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**

Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903
Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20210-030
Tel/Fax (21)3852-2541 / 2507-2239
E-mail: aab@aab.org.br
Site: www.aab.org.br

EDITORIAL

O Brasil dispõe hoje de um importante *corpus* legislativo e normativo para área arquivística, fruto dos 10 anos de atividade do Conselho Nacional de Arquivos CONARQ, criado pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (Lei de Arquivos).

No Brasil, apesar do esforço normativo empreendido e da maior conscientização profissional, não foram ainda equacionados muitos dos problemas relacionados à organização, preservação e pleno acesso aos documentos de valor permanente já sob a guarda de instituições públicas e privadas do país. É necessário, ainda, se queimar etapas agindo junto à administração pública no sentido de implementar programas de gestão de arquivos correntes, adequando-se, inclusive, ao tratamento e à gestão dos documentos eletrônicos, orientando, quando necessário, o uso da mais adequada tecnologia da informação.

O acesso à informação pública é um direito de cidadania garantido no Brasil tanto na Constituição Federal como em textos legais complementares. Entretanto, a existência de fundos documentais não organizados ou sem um adequado tratamento técnico dentro dos arquivos públicos, bem como de arquivos correntes sem códigos e/ou planos de classificação e/ou tabelas de temporalidade são constantes na realidade da administração pública e representam um importante fator dificultador do exercício do direito do cidadão de acesso à informação.

No sentido de implementar a modernização dos serviços arquivísticos governamentais e a interoperabilidade dos sistemas de gestão arquivística dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, foi criado, ano passado, pelo Decreto nº 4.915, de 12 dezembro, o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo SIGA, que viabilizará, em médio prazo, a implantação de programas de gestão de documentos, possibilitando, quando da sua produção, a aplicação de códigos de classificação e fixação de temporalidade, racionalizando, assim, a produção documental e proporcionando a adequada destinação dos documentos públicos do Poder Executivo Federal. Regata-se, assim, a função social que os arquivos públicos têm de ter, com a publicização de suas informações a serviço da cidadania e da visibilidade da ação administrativa inerente a um Estado moderno e democrático.

Jaime Antunes da Silva
Diretor-Geral do Arquivo Nacional
Presidente do Conselho Nacional de Arquivos

*Rev.
ed. 2*

por
Sérgio Conde de Albite Silva
Arquivista/Conservador, Mestre em Memória Social e
Documento, Professor do Departamento de Estudos e
Processos Arquivísticos da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

A preservação da informação é uma das funções arquivísticas. De uma maneira geral, é possível observar-se que tal função é muitas vezes exercida pelos arquivistas de forma empírica, calcada na experiência e na prática. Tal situação, além de reduzir a possibilidade de sucesso na intervenção para preservação de um acervo, dificulta o diálogo interdisciplinar com profissionais de outras áreas, bem como fragiliza o arquivista quando este reivindica recursos financeiros e humanos para a preservação de acervos.

O objetivo deste artigo é o de introduzir o tema da conservação preventiva em bibliotecas e arquivos do ponto de vista do controle ambiental e apresentar as ferramentas para interpretação dos dados coletados por estações ambientais eletrônicas e digitais. Com isso, espera-se contribuir para a implementação do diálogo acima mencionado.

A questão da preservação em arquivos e biblioteca no Brasil reproduz uma situação comum a muitas outras áreas. Vivemos em um país com problemas estruturais e recursos orçamentários reduzidos, insuficientes para atender à demanda da sociedade. Some-se a isso, que somente de alguns poucos anos para cá as instituições começam a se preocupar com a preservação sistemática dos registros de arquivos e bibliotecas. Assim, devemos considerar que programas de gerenciamento ambiental em arquivos e bibliotecas só trarão benefícios para os acervos, desde que implantados sob políticas institucionais, planejadas com um mínimo de garantia de continuidade.

Tais políticas devem tomar por base o conhecimento técnico/científico existente. Cabe ao arquivista e ao bibliotecário oferecer tal conhecimento. Tentaremos demonstrar que as "ferramentas intelectuais" (gráficos e tabelas) disponíveis para gerenciamento ambiental podem ser decisivas para a implantação de um programa de conservação preventiva.

Os materiais que compõem os documentos de arquivos e bibliotecas (papel, couro, pergaminho, têxteis, madeira e plásticos) são constituídos de matéria-prima de natureza orgânica. São, portanto, materiais frágeis, suscetíveis à rápida decomposição. Sua deterioração ocorre, de um lado, por fatores intrínsecos ao próprio suporte (composição da matéria utilizada, processos de manufatura e de industrialização) e, de outro, por fatores externos (umidade relativa do ar, temperatura, luz, poluentes atmosféricos dos ambientes de guarda dos documentos, ataques biológicos - fungos, brocas, cupins - e mecânicos - manuseio, transporte). A combinação dos fatores intrínsecos com os fatores extrínsecos produz mecanismos

químicos e físicos que atuam a nível molecular, portanto, imperceptíveis a olho nu. Quando o dano torna-se visível significa que o material do suporte do documento está séria e irreversivelmente comprometido. Entre os dois fatores apontados (intrínsecos e extrínsecos), o profissional da informação tem maiores possibilidades de intervir no controle das causas externas. Por isso, a Conservação Preventiva é entendida hoje como a mais adequada estratégia para a preservação de arquivos e bibliotecas. Na Conservação Preventiva o gerenciamento ambiental é fundamental.

As oscilações e mudanças na temperatura (T) e umidade relativa do ar (URA) na área de guarda de acervos são causas primordiais na deterioração das coleções. Assim, se as políticas institucionais de preservação mudarem com a frequência com que mudam as gestões e os membros das diretorias das instituições, pode ser preferível à manutenção de um ambiente com T e URA não muito adequadas, mas que sejam, pelo menos, constantes. Não podemos esquecer que os materiais dos suportes têm sua própria memória. Isto é, são capazes de registrar e se adaptar às flutuações de temperatura e umidade decorrentes dos processos naturais como as mudanças climáticas das estações do ano ou das variações de calor no decorrer do dia e da noite. No momento em que o homem interfere no ambiente de uma sala de guarda de acervo, deve garantir que a nova situação será permanente, condicionando a memória do material aos novos parâmetros.

O gerenciamento ambiental em arquivos e bibliotecas deve se pautar pelo controle e pelo monitoramento de quatro variáveis: temperatura (T), umidade relativa do ar (URA), luz e poluentes.

É preciso considerar que o controle da luz pode ser alcançado com a simples vedação da passagem da luz solar ou com um esquema racional do uso da luz artificial. O dano causado pela luz ocorre apenas durante a incidência dos raios luminosos sobre o material, isto é, ao se desligar a fonte (luz) o processo de degradação também é interrompido. O mesmo ocorre com os poluentes em geral, onde a escolha dos produtos inócuos a serem utilizados nas salas e galerias para guarda de acervos (madeiras de estantes, papelão de caixas e pastas, tintas das paredes etc.) e a vedação das áreas que permitem a passagem do ar externo (poluído) praticamente acabam com este tipo de dano ao acervo.

O maior problema está justamente no controle da T e da UR. Estas podem ser consideradas as grandes vilãs na degradação por hidrólise ácida e pela contaminação biológica do material de arquivos e bibliotecas. Embora a influência danosa da T e UR não seja

propriamente uma novidade, apenas de alguns poucos anos para cá é que medidas e estudos mais profundos e metódicos proporcionaram uma aferição mais exata e uma identificação mais precisa das conseqüências da variação de T e UR. O dado relevante é que variações bem menores que as tidas como "normais" apresentaram-se como catastróficas na preservação de acervos orgânicos.

Tal revelação é fruto da aplicação e das pesquisas realizadas com as novas ferramentas "intelectuais" para interpretação de dados coletados de T e URA em ambientes de guarda de acervos. À luz da leitura proporcionada por essas ferramentas - **Isopermas**, Índice de Preservação (IP) e Índice do Efeito Tempo para a Preservação (IETP) - é que o diretor, gerente de acervo, arquivista, bibliotecário ou o conservador poderão atuar, proporcionando uma maior permanência (estabilidade química) e durabilidade (resistência mecânica) para seu acervo, ou mesmo fazer opções e determinar prioridades quanto à ambientação de determinadas áreas e acervos em detrimento de outros.

Como frisado anteriormente, é preciso lembrar que a deterioração dos materiais é causada por fatores intrínsecos e extrínsecos e que a combinação desses mecanismos químicos e físicos, operando a nível molecular (microscópico), produzem o rompimento das ligações entre as moléculas, destruindo as cadeias poliméricas de carbono, que são a estrutura dos materiais orgânicos. É um processo lento e imperceptível. Quando o dano é constatado, milhões de ligações já foram rompidas. É o caso, por exemplo, do chamado papel ácido. O aspecto quebradiço desse papel é conseqüência de milhões de cadeias de carbono rompidas. Esse fenômeno é chamado de hidrólise ácida, ou seja, quebra da estrutura do papel por presença de água. É um forte mecanismo de degradação do papel, responsável por uma grande parte dos danos sofridos pelo papel moderno, produzido após 1850. Contribuem para a ocorrência da hidrólise ácida o tipo de matéria-prima e o tipo de manufatura empregados na fabricação do papel (a encolagem do papel com alúmen-breu se dá em meio ácido - a pasta de papel de madeira contém lignina que produz ácidos orgânicos - para a obtenção da fibra de celulose, a indústria papelreira utiliza soda cáustica, por exemplo). A hidrólise ácida não ocorre apenas no papel, mas em todos os materiais de origem orgânica.

Por sua vez, a umidade relativa do ar existente no ambiente de guarda dos acervos oferece a água que, combinada com os elementos que constituem a matéria do suporte, promove uma reação química. A temperatura dos ambientes faz com que a velocidade da hidrólise ácida seja aumentada. Os rompimentos entre as ligações moleculares são irreversíveis.

Constatado que a intervenção dos arquivistas e bibliotecários na manufatura e industrialização dos materiais de seus acervos é praticamente nenhuma, resta-nos intervir no controle dos fatores externos, entre eles URA e T. Entende-se T como a quantidade de calor existente no ar e URA como a quantidade de vapor de água existente no ar de um determinado

ambiente e por ele suportado. A T e a URA influenciam-se mutuamente. Se a T sobe, a URA desce e se a T desce a URA sobe.

As ferramentas de gerenciamento ambiental que passaremos a apresentar não interferem diretamente no controle das variações de T e UR. Isto significa que essas ferramentas não aumentarão nem diminuirão T e UR. São sim, novas formas de interpretação dos dados coletados. Ao conhecermos e analisarmos as variações de T e UR medidas no ambiente de guarda dos acervos será possível determinar as oscilações dos materiais em relação ao seu tempo de vida útil. É sabido que as condições do ambiente são absorvidas pelos materiais ali guardados (equilíbrio térmico e higroscópico). Controlando-se as variações de T e URA do ambiente, controlam-se também as variações de T e URA dos materiais.

É através do monitoramento contínuo de determinado ambiente, feito por aparelhos como termômetro e higrômetro, que conheceremos as variações de T e URA e o "comportamento do ambiente". De posse desse conhecimento temos uma base para a ação, ou seja, o resfriamento e/ou desumidificação do ambiente estudado. Após a intervenção nos níveis de T e URA, a verificação dos resultados alcançados é fundamental para que as correções necessárias sejam realizadas. As "ferramentas intelectuais" Isopermas, Índice de Permanência (IP) e Índice de Efeito-Tempo para Preservação (IETP) possibilitarão a interpretação dos dados coletados, indicarão caminhos alternativos e subsidiarão decisões políticas e estratégicas.

Ao transportarmos as medidas de T e URA obtidas em um determinado ambiente para essas ferramentas será possível conhecer o efeito combinado de T e URA na degradação química dos materiais orgânicos, do ponto de vista de sua permanência. Permanência é estabilidade química. É por meio dessa leitura que teremos uma noção da qualidade do ambiente para a preservação de acervos. Será possível, então, comparar, classificar, comunicar e influir nas tomadas de decisão que visem a preservação. As "ferramentas intelectuais" apresentam-se como importantes instrumentos para arquivistas, bibliotecários e conservadores argumentarem com os gestores institucionais, demonstrando a extensão do dano e a expectativa de tempo em que tais danos poderão ocorrer.

Isopermas

A primeira dessas ferramentas, **Isopermas**, cujo termo significa "igual permanência", tem seu uso aplicado fundamentalmente aos acervos em papel, apesar de começar a ser aplicada em negativos fotográficos. Isopermas é a representação gráfica em um plano cartesiano de linhas que comparam as velocidades de degradação química sob diferentes condições de T e UR. Pela leitura desse gráfico pode-se prever quantas vezes mais (ou menos) os materiais durarão se submetidos a diferentes combinações de T e UR. O ponto de partida é a linha de Isopermas 1 (linha de isopermas padrão), que servirá de parâmetro. Esta linha é obtida, no plano cartesiano, a partir

ARQUIVO
NACIONAL
(BRASIL)
Acervo
Bibliográfico

do ponto de intersecção originado da marca de 20°C do eixo de T e da marca de 50% do eixo da URA. A linha de Isopermas 1 estabelece que diferentes combinações estáticas de T e UR, que coincidam com ela, indicam o mesmo tempo de permanência para o acervo. Por exemplo, o arquivista está monitorando uma determinada sala e, ao ler o termômetro e o higrômetro instalados nessa sala, verifica que, em um determinado dia a temperatura é de 23°C e a UR de 30% e, em outro dia, a T é de 18° e a UR de 61%. Fica evidenciado uma forte variação em T e UR. Mas, ao passar esses dados para o gráfico das Isopermas, o arquivista observa que o ponto de intersecção originado pelas medidas do primeiro dia (T=23° e UR=30%) cai sobre a linha de Isopermas 1. Observa, ainda que, ao passar para o gráfico de Isopermas as medidas de T e de URA do segundo dia (T=18° e UR=61%), estas coincidem também com a mesma linha de Isopermas 1, apesar das diferenças de T e URA. O arquivista "entenderá", então, que, apesar da UR ter subido de 30% para 60%, a velocidade de degradação do acervo nessa sala não se alterou, pois, em contrapartida, a T baixou de 23°C para 18°C, compensando a alta de URA. É possível chegar a essa conclusão porque o arquivista observou que, mesmo havendo variação em T e UR, essa variação foi "equilibrada e proporcional", pois o ponto delas resultante permaneceu sobre uma mesma linha de Isopermas, no caso, a linha de Isopermas 1.

Ainda baseado nos mesmos dados do exemplo acima, o arquivista poderá utilizar o gráfico das Isopermas para alterar uma das variáveis (T ou UR) do ambiente para compensar o aumento ou a diminuição de uma delas, o que garantiria a mesma qualidade do ambiente para a preservação dos acervos. Para obter essa leitura é preciso saber que todos os pontos de intersecção de variações de T e URA que, trazidos para o plano do gráfico de Isopermas, caírem sobre uma linha Isopermas à direita da linha padrão Isopermas 1, indicarão que, nessa nova situação ambiental, a qualidade do ambiente para preservação piorou e, portanto, o acervo se deteriorará mais rapidamente. Do contrário, se as medições de T e URA em uma ambiente indicarem um ponto de intersecção que, trazido ao gráfico cartesiano das Isopermas, coincidir sobre uma linha à esquerda da linha padrão Esperma 1, estará indicado que, nessa outra situação ambiental, a qualidade do ambiente para preservação melhorou e, portanto, o acervo terá aumentada a sua permanência.

Vamos a um exemplo prático. O arquivista "leu" o termômetro e o higrômetro existente na sala de guarda de seu acervo e verificou que a UR havia subido de 30% para 60%, mas a T estava estável, mantendo a medida do primeiro dia (T= 23o). Trouxe para o gráfico de Isopermas essa nova combinação de T e URA (T=23o e URA=60%) e verificou que o ponto de intersecção caiu sobre uma linha à direita da linha de Isopermas 1. Soube, assim, que sob essa nova condição ambiental, o processo de degradação do acervo acondicionado nessa sala seria acelerado por que a URA aumentou sem que tivesse ocorrido uma compensação com a queda da T. O arquivista pode tomar duas atitudes para que a velocidade de degradação do acervo se mantenha a mesma:

forçar a queda da UR para 30% (o que é bastante complicado) ou baixar a T (o que é bem mais simples). Mas para quantos graus ele deverá "baixar" a temperatura para manter inalterado a velocidade de degradação do acervo? Ele deverá traçar uma linha a partir do eixo da UR no valor de 60% até atingir a Isopermas da T 23° e UR30%. Deste ponto, ele deverá traçar uma linha até o eixo da T do gráfico da Isopermas e fazer a leitura. A medida indicada no eixo da T será a temperatura que ele deverá programar no aparelho de ar condicionado da sala para que não haja alteração na velocidade de degradação do acervo. No caso das medidas de T e URA usadas não exemplo acima, o gráfico das Isopermas indicará que a T deverá ser reduzida para 18°C para que o acervo do ambiente mantenha a mesma expectativa de permanência mesmo com a UR, por qualquer motivo, seja de 60%.

Assim, toda combinação de T e UR que indique uma Isopermas à esquerda da Isopermas 1 (Isopermas padrão) significa aumento do tempo de permanência do acervo. Toda combinação de T e UR que indique uma Isopermas à direita da Isopermas 1, significa uma diminuição no tempo de vida do acervo.

Uma outra leitura possível de ser feita a partir do gráfico de Isopermas é a que indica a proporção na permanência de um acervo. Vamos a um exemplo de uso prático da ferramenta Isopermas. Tome-se um acervo em papel jornal, com vida sabidamente curta, digamos, em torno de 50 anos (600 meses). Esta coleção está acondicionada em um ambiente com 20°C de T e 50% de URA. Por determinação superior, este acervo deverá ser movido da sala em que se encontra por dois anos para dar espaço para uma coleção mais valiosa, recém chegada à instituição. O novo local de destino dos jornais tem 35°C de T e 80% de UR. O que a leitura do gráfico das Isopermas indicará nesse caso? Ora, o ambiente original dos jornais combinava T e UR encontradas na linha de Isopermas 1 (20o C e 50%). O novo ambiente, com T=35o e URA=80%, remete, ao consultar-se o gráfico, à linha de Isopermas 0,03. Portanto, à direita da linha 1. Essa leitura indica que, sob essas novas condições de armazenamento, a expectativa de vida do acervo em papel jornal seria reduzida para cerca de 3% do tempo que ele possivelmente duraria nas condições originais. Assim, se foi estimado que o acervo de jornais duraria 45 anos em ambiente com T de 20°C e UR de 50%, no novo ambiente, com 35°C de T e 80% de UR, o acervo duraria 3% de 50 anos, ou seja, mais ou menos 18 meses. Com a transferência proposta pelo diretor da instituição, o armazenamento provisório de dois anos dos jornais seria definitivo, pois a coleção estaria em pleno processo de deterioração por hidrólise ácida ao final desses 18 meses.

Os exemplos dos gráficos mencionados são encontrados na bibliografia citada no fim deste trabalho.

IP

A segunda ferramenta de gerenciamento ambiental é a tabela Índice de Permanência (IP) que indica uma expectativa aproximada da vida útil medidas em anos para os

materiais armazenados sob determinadas condições de T e UR. Esta é uma tabela que lida com T e UR invariáveis, ou seja, para determinado valor fixo de T combinado com determinado valor fixo de UR teremos sempre um certo IP fixo. Cada par de T e UR gera um IP para o ambiente. Esta tabela não prevê o tempo efetivo da vida de objetos individuais. Trata-se de um indicador do efeito da qualidade ambiental sobre a expectativa do tempo de vida global do acervo. Isto significa que, apesar da medida escolhida ser expressa em "anos", o resultado aferido e indicado em mais anos ou menos anos demonstra apenas a maior ou menor qualidade ambiental do local estudado. Por exemplo: se, em uma determinada sala, a T e a UR verificadas indicam, após a consulta à tabela, um IP de 120 anos e, em outra sala Y, a T e a UR verificadas indicam IP de 200 anos, isto significa que a qualidade ambiental para a preservação de acervos da sala Y é bem maior do a qualidade ambiental da sala X.

A tabela completa de IP é constituída de 191 linhas e 91 colunas contendo valores de IP para um total de 17.381 combinações distintas de T e UR. Por exemplo, consultando a tabela de IP no eixo horizontal (T) onde está marcado 14°C e 50% no eixo vertical (UR) encontramos um IP de 95 anos, o que significa que o material guardado nessas condições se degradaria em aproximadamente 95 anos, desde que essa T e UR fossem mantidas constantes todos os dias, por todo o tempo. Para se conhecer o IP resultante de determinada combinação de T e UR basta uma simples consulta à tabela de IP.

IETP

A terceira das ferramentas é o Índice de Efeito-Tempo para Preservação (**IETP**) e seu uso está associado à tabela de IP. O IETP computa a variação das condições de T e UR com o passar do tempo, ou seja, o IETP apresenta, através de um valor único final, a média ponderada da variação dos diversos IPs constatados ao longo das horas de um dia, dos dias de um mês, dos meses de um ano, e assim sucessivamente. Se, por exemplo, o monitoramento do ambiente de uma sala guarda do acervo registra pela manhã um par de T e UR de 22°C e 55%, ao consultarmos a tabela de IP, verificaremos um IP de 29 anos. Se, ao meio dia, no mesmo ambiente, o par de T e UR passa para 28°C e 60%, o IP, após consultarmos a tabela de IP, será, então, de 13 anos. À noite, o par de T e UR observados no termômetro e no higrômetro, passa

a 14°C e 45%, e o IP, obtido na tabela, será de 109 anos. O IETP irá considerar essas variações durante o dia (e todas as demais variações que forem medidas) e oferecerá uma única medida em anos que sinaliza a expectativa para a permanência do acervo armazenado na sala em questão. O mesmo cálculo é feito computando as variações de IP na semana, no mês e no ano. Depois de medidas e tabuladas as variações de T e UR nas diversas horas do dia, nos diferentes dias do mês, nas diferentes estações do ano, o IETP, computando todos os dados recolhidos, indicará uma expectativa de vida em anos para o acervo que convive com essas flutuações ao longo do tempo. Observa-se que o IETP avalia ambiente dinâmico, tabulando dados da vida real, a partir de uma média ponderada que considera as variáveis T, URA e a passagem do tempo.

O levantamento das variações de T e UR, que fornecem os dados para o monitoramento ambiental, é feito, hoje em dia, com aparelhos eletrônicos. Esses equipamentos são chamados de dataloggers e possuem um termômetro e um higrômetro eletrônicos que medem a T e a UR do ambiente. Os dataloggers possuem uma memória que guarda os registros de T e URA obtidos. Há um programa de computador compatível e construído especificamente para a tabulação e leitura dos dados coletados pelo *datalogger*.

É notório que as considerações, dados e informações aqui apresentados não são suficientes para a implementação de um gerenciamento ambiental como parte de um planejamento de preservação. Apenas pretendeu-se chamar atenção para a existência de uma plataforma tecnológica disponível aos profissionais da informação e apontar o fio da meada para sua utilização. É com o conjunto de equipamentos, ferramentas "intelectuais" e conhecimento que arquivistas, bibliotecários e conservadores responsáveis por acervos encontram respaldo técnico/científico para planejar e propor programas e projetos de preservação nas instituições. A falta de conhecimento, mais que a escassez de recursos financeiros, leva a deterioração aos acervos. Hoje, a preservação deve ser entendida como uma escolha técnica, científica e política, onde identificar e conhecer o que deve ser feito, como e por que, é o fator diferencial.

BIBLIOGRAFIA

- SEBERA, Donald K. *Isopermas: uma ferramenta para o gerenciamento ambiental*. Rio de Janeiro, Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, Arquivo Nacional, 1997.
- REILLY, James M., NISHINAMURA, Douglas W. & ZINN, Edward. *Novas Ferramentas para Preservação*. Rio de Janeiro, Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, Arquivo Nacional, 1997.

COORDENAÇÃO DE CURSOS

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Cursos da AAB já realizados no 1º semestre de 2004

Curso: Arquivos Correntes: sua importância para a constituição dos acervos arquivísticos permanentes

- organizado pela AAB, com o apoio da ARQUI-RIO EQUIPAMENTO PARA ESCRITÓRIO LTDA e do ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, que cedeu o auditório para sua realização.

O curso foi ministrado pela Arquivista, Bibliotecária e Técnica de Administração, **Marilena Leite Paes**, que não aceitou pro labore. Fundadora da AAB, entidade que presidiu no biênio 1977-1979. Marilena Leite Paes, publicou inúmeros trabalhos, destacando-se o livro "Arquivo: teoria e prática", já na 3ª edição. Atualmente é coordenadora do Conselho Nacional de Arquivos e do Sistema Nacional de Arquivos.

O curso foi realizado nos dias 25 e 26 de março, com 35 inscritos. Foram abordados os seguintes temas:

- 1- A importância dos arquivos para a gestão e o funcionamento da administração pública, das empresas privadas, das associações etc., para a sociedade e para os cidadãos.
- 2- Gestão de documentos: O ciclo vital dos documentos. A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.
- 3- Protocolo: Conceito; recebimento e classificação; registro, distribuição; tramitação
- 4- Expedição de correspondência/ documentos
- 5- Métodos de arquivamento: alfabético, geográfico, numéricos e ideográficos.
- 6- Operações de arquivamento: inspeção, estudo, classificação, codificação, ordenação e arquivamento.
- 7- Empréstimo e consulta.
- 8- Avaliação de documentos.

Curso: A Legislação no âmbito dos Arquivos

- organizado pela AAB, com o apoio da ARQUI-RIO EQUIPAMENTO PARA ESCRITÓRIO LTDA e do ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, que cedeu o auditório para sua realização.

O curso foi ministrado pela Assistente Jurídico da Advocacia Geral da União, em exercício no Arquivo Nacional desde 1993, **Eliana Mattar**, que não aceitou pro labore. Especialista em Direitos Fundamentais pela Universidade Carlos III, de Madri, e organizadora do livro "Acesso à informação e política de arquivos".

O curso foi realizado nos dias 28 e 29 de abril, com 28 inscritos. Foram abordados os seguintes assuntos:

- 1- A Constituição Federal e os arquivos
 - 2- Direitos de personalidade - a questão do público e do privado
 - 3- Acesso aos arquivos e a lei de direitos autorais
 - 4- Lei de Arquivos e legislação correlata no âmbito do Executivo Federal e Documentos Eletrônicos
- No dia 28, foram sorteados 3 exemplares do livro "Acesso à informação e política de arquivos".

Curso: Preparatório para Concurso

- organizado pela AAB, com o apoio da Fundação Casa de Rui Barbosa, que cedeu o auditório para sua realização. O curso foi ministrado pelos professores: Adriana Lúcia Cós Hollos, Carlos Augusto Ditadi, Cláudia Carvalho, Clóvis Molinari, Gerson Pereira, José Maria Jardim, Lucia Maria Velloso de Oliveira, Margareth da Silva, Maria Celina Soares de Mello, Maria Izabel de Oliveira, Marilena Leite Paes, Patrícia Henning e Rosale de Mattos Souza.

O curso foi realizado entre os dias 04 de maio e 02 de junho, com 12 inscritos.

Curso: Conservação em Acervos Arquivísticos

- organizado pela AAB, com o apoio do MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, ARQUI-RIO EQUIPAMENTO PARA ESCRITÓRIO LTDA e do ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS - ABL, que cedeu a Sala José de Alencar para sua realização.

O curso foi ministrado por **Ozana Hannesch** Arquivista com Especialização em Conservação de Bens Culturais Móveis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992). Cursos de aperfeiçoamento pelo ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property), direcionados para a América Latina. Responsável pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Papel do Museu de Astronomia e Ciências Afins. O curso foi realizado nos dias 24 e 25 de junho.

Conteúdo programático:

1. Conceitos gerais: Preservação, Conservação, Restauração; Conservação Preventiva e Conservação Curativa/Estabilização.

2. Agentes (externos) de degradação de acervos: Temperatura e umidade relativa; Luz e iluminação; Poeira e outros poluentes; Agentes biológicos; Homem; Sinistros e outros.

3. Diagnóstico de acervos e identificação de problemas de conservação: Ferramentas básicas ao levantamento (fichas, questionários, equipamentos, etc.).

4. Condições ideais de Conservação: Parâmetros ambientais estabelecidos; Qualidade dos materiais; Normas de armazenagem e manuseio; Acesso e uso do acervo; Planejamento de programas.

Os resultados do curso não foram apurados até o fechamento desta publicação.

EVENTOS INTERNACIONAIS

XVII Congreso Archivístico Nacional 2004

"La Administración de Archivos: Los Archivos de la Administración"

Data: 19 a 21 de Julho de 2004

Promoção: Dirección General del Archivo Nacional

Local: Auditorio del Tribunal Supremo de Elecciones (Costa Rica)

Informações:

E-MAIL: ancost@ice.co.cr

TEL: (506) 234-7689 / 234-7925 / 281-3720

XV Congreso Internacional De Arquivos

Local: Viena - Áustria

Data: 23 a 29 de Agosto de 2004

Informações:

<http://www.aims->

AGENDA DE CURSOS

JULHO/2004

"Gerenciamento Eletrônico de Documentos: evolução, -tecnologias correlatas e sua aplicação".

Com a professor Cesar Abreu

Data: 29 e 30 de julho

Horário: de 9 às 17h

Local: Auditório do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN (Rua do Catete, 179, Rio de Janeiro - RJ).

Apoio: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN

AGOSTO/2004

Microfilmagem e Digitalização

Com o Professor Sérgio Albite

Data: 30 e 31 de agosto

Horário: 9 às 17h

Local: a ser confirmado

Promoção e realização: Associação dos Arquivistas Brasileiros

Investimento: R\$ 160,00

Os sócios da AAB quites com suas anuidades terão desconto no valor acima.

- Sócio profissional - valor do investimento: R\$ 100,00

- Sócio estudante - valor do investimento: R\$ 60,00

Informações: Associação dos Arquivistas Brasileiros

E-mail: aab@aab.org.br

Tel.: (21) 2507-2239 / 3852-2541

CICLO DE PALESTRAS MEMÓRIA & INFORMAÇÃO

O Centro de Memória e Informação da Fundação Casa de Rui Barbosa convida para o Ciclo de Palestras MEMÓRIA & INFORMAÇÃO.

28 DE JULHO DE 2004

1. Estudos de público: melhor conhecer para negociar expectativas - palestra proferida por **Luciana Sepúlveda**, educadora e pesquisadora especialista em educação e comunicação. Doutora em museologia pelo Muséum National d' Histoire Naturelle de Paris.

11 DE AGOSTO DE 2004

2. Normalização da descrição em arquivos - palestra proferida por **Vitor Manoel Marques da Fonseca**, técnico do Arquivo Nacional, membro do Comitê de Normas de Descrição Internacional de Arquivos e presidente da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística do CONARQ.

ENTRADA FRANCA

Horário: 14:30h

Local: FCRB / Sala de Cursos
Rua S. Clemente, 134 - Botafogo, Rio de Janeiro - RJ - Telefone: 2537-0036 R-170
www.casaruibarbosa.gov.br / biblioteca@rb.gov.br

ARQUI-RIO

A ARQUI-RIO EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO TEM A OFERECER OS SEGUINTE MATERIAIS: ARQUIVO DESLIZANTE/ TRANSFORMAÇÃO DE ARQUIVO CONVENCIONAL PARA DESLIZANTE/ ARQUIVO DE AÇO/ ARMÁRIO DE AÇO/ ESTANTE DE AÇO/ MAPOTECA/ VERTICAL E HORIZONTAL/ PORTA REVISTA/ CAIXA BOX REFORÇADA/ PASTA SUSPensa REFORÇADA FRONTAL E LATERAL/ CAPA DE PROCESSO E PASTAS ESPECIAIS EM GERAL.

Rua Cel Luiz Pereira dos Santos, 80/Sl. 203 - Centro / Tanguá - RJ CEP: 24890-000
Tel/Fax: (0xx21) 3749-0262/ 2747-2043 rec. 2635-1792

COMITÊ DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS

Rosale de Mattos Souza

COMITÊ DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS BUSCA UMA LINGUAGEM ÚNICA E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ATIVIDADES-FIM NAS UNIVERSIDADES

O COMITÊ DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, criado na Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, pela Resolução n.04, de 1996, vem se reunindo no Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão. Fazem parte do Comitê os seguintes membros - Rosale de Mattos Souza - Coordenadora (Chefe do Serviço de Arquivo Permanente da UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF); Maria das Dores Nóbrega Fernandes (representante da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ); Sílvia Ninita de Moura Estevão (ARQUIVO NACIONAL, cedida ao Museu); Maria José Veloso da Costa Santos (Responsável pelo Arquivo do MUSEU NACIONAL, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ); e a profa. Sônia Kaminitiz (Curso de Arquivologia, da UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO). As últimas reuniões do grupo foram de emprego da metodologia adotada e processamento técnico para elaboração de uma tabela de temporalidade de documentos de atividades-fim, no âmbito das universidades públicas. A finalidade é atingir um vocabulário único e contribuir para um parâmetro

de avaliação para as instituições de ensino superior. O trabalho continuou conforme as seguintes etapas: 1. Conferência dos termos adotados na tabela para graduação; 2. Levantamento da legislação pertinente aos prazos de guarda com base no que determina o Ministério da Educação e na Legislação Estadual; 3. Levantamento de vocabulário controlado do CIBEC/INEP, a fim de obtermos um Glossário de termos específicos como sub-produto; 4. Estabelecimento provisório dos prazos de guarda, esperando futura análise; 5. Estabelecimento e ajuste do código de classificação decimal para a tabela. No momento, a Tabela de Temporalidade de Documentos de Atividades-Fim de Graduação encontra-se na Pró-Reitoria Acadêmica - PROAC, da UFF, na qual os técnicos que lá trabalham estão analisando os prazos de guarda atribuídos pelo Comitê aos documentos. Após esta análise, o grupo dará continuidade aos trabalhos, fazendo os ajustes necessários e trabalhando na parte da Tabela de Temporalidade de Documentos de Atividades-fim relativa à Pós-graduação.

INFORME AAB

A diretoria pro tempore e o Conselho Deliberativo da AAB vem envidando esforços para aproximar a nossa Associação da comunidade arquivística. Prova de que estamos atingindo nossa meta é o ingresso significativo de novos associados e o retorno de antigos que haviam se distanciado. Apresentamos para vocês os números que representam nossa conquista. Entre os novos sócios, 9 são estudantes e 16 são profissionais. Retornaram para a Associação 5 sócios que regularizaram a sua situação.

No dia 16 de junho o Centro Acadêmico de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense - CAArq promoveu palestra, realizada no auditório Florestan Fernandes, no Campus do Gragoatá, cujo tema foi Reforma Curricular de Arquivologia. O evento contou com a presença de Maria Odila Fonseca, Sandra Badini, Professoras da UFF, o prof. Sérgio Albite, da UNIRIO, e Márcia Botelho, diretora da Via Praxis.

Foram apresentadas questões relativas à concepção de um projeto pedagógico visando a reforma curricular, o projeto de reforma do Curso de Arquivologia da UFF, bem como as demandas do mercado de trabalho. Seguiu-se às palestras amplo debate, que contou com a participação de profissionais, do corpo docente e, sobretudo, com a efetiva e atuante participação do corpo discente.

Convidada a participar, a AAB marcou presença no evento sendo representada pela Professora Mariza Bottino.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros felicita o Centro Acadêmico de Arquivologia da UFF - CAArq pela iniciativa.

A AAB está estudando uma nova proposta de Estatuto visando atender às exigências do novo Código Civil. Em breve os associados receberão uma minuta com um prazo para sugestão. Assim, a AAB estará buscando adequar sua estrutura para melhor funcionar e atender aos associados.

A ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS PARABENIZA A
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF PELA COMEMORAÇÃO DOS 25
ANOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA, REALIZADA NO DIA 7 DE JULHO DE 2004.
A PRESIDENTE DA AAB, LUCIA MARIA VELLOSO DE OLIVEIRA, COMPARECEU À
SOLENIDADE REPRESENTANDO NOSSA ASSOCIAÇÃO .

